



I Representação Parlamentar I



Declaração Política

Intervenção | Junho 2014

Deputado Paulo Mendes

Realizadas as eleições para o Parlamento Europeu, há que efetuar a análise dos resultados e retirar as ilações políticas da manifestação da vontade popular, no contexto europeu e no nosso país.

Na análise dos resultados, no nosso país, o Bloco de Esquerda assume que nestas eleições não conseguiu atingir os objectivos a que se propôs e, por isso, assumimos a derrota eleitoral.

Cumprimentamos, com espírito democrático, os partidos vencedores e registamos a esmagadora derrota dos partidos do Governo, PSD e CDS.

Esta derrota do PSD e CDS mostra, de forma clara, o repúdio do povo português à política de austeridade que lhe tem sido imposta.

Esta política de empobrecimento forçado da população, da emigração como único caminho para a sobrevivência (não esqueçamos que, segundo estimativas oficiais, em dois anos, 200.000 portugueses emigraram, permanentemente, e 100.000, entre emigrantes temporários e imigrantes saíram do país,), do desemprego massivo, do corte nos direitos, nos salários nas pensões, enquanto 5% do PIB, o correspondente a 8 mil milhões de euros, só em juros, é entregue, todos os anos, ao sector financeiro.

Esta renda que constitui uma sangria para o país e para o povo, resultou, nestas eleições, num sinal vermelho ao Governo.

O resultado lógico desta tremenda derrota só devia ser a demissão deste governo e a convocação de eleições antecipadas. Mas estas eleições são particularmente marcadas, quer no nosso país, quer em toda a União Europeia, pela abstenção.

Como sempre denunciámos, esta União Europeia foi construída sem a participação dos povos, processo este que tem sido agravado com os sucessivos tratados, do qual o Tratado Orçamental é o corolário de tal processo antidemocrático.

Este quadro antidemocrático é ainda agravado pelas políticas financeiras e económicas que dirigem, hoje, a Europa.

A política europeia é dirigida pelos interesses do sector financeiro e dos grandes interesses económicos.

Esta política pretende impor a asiaticização das relações de trabalho, o fim do Estado social, a privatização galopante de sectores estratégicos ou essenciais às populações, a desregulamentação acelerada das relações comerciais, em que o fim das quotas leiteiras é exemplo, assim como, num futuro próximo será o Tratado de comércio livre com os Estados Unidos.



I Representação Parlamentar I



Aos diferentes povos é imposta não só a mingua da democracia como o empobrecimento forçado e a perda de direitos.

É isto que a Europa tem para oferecer aos povos que a compõem, em contraponto, os povos respondem com a abstenção aos processos eleitorais.

Não partilhamos da opinião de que este fenómeno seja positivo, é pelo contrário bastante nocivo, até para ajudar a mudar o estado a que chegou esta União Europeia.

Mas se esta política, contrária aos interesses dos povos, produz este alheamento, ela é paralelamente o fermento de lógicas chauvinistas que, por toda Europa, ganham terreno.

Alterar as políticas europeias, pondo no centro as pessoas e a economia, é o único caminho para vivificar a democracia e derrotar a extrema-direita. Defendemo-lo antes das eleições e prosseguiremos na sua defesa.

Por isso, hoje, a batalha contra o Tratado Orçamental, pilar dos interesses da finança e dos oligopólios, é a batalha que nos deve mobilizar em Portugal, assim como nos restantes países da Europa, a bem das pessoas, do emprego, da economia e da democracia. Mas o rescaldo destas eleições trouxe para o debate político, em Portugal, novas ameaças.

Se o minguar da democracia na Europa é uma necessidade para impor as políticas austeritárias conduzidas pela Alemanha, esta mesma linha é hoje defendida pelos dois candidatos à liderança do PS.

Numa lógica populista quer Seguro, quer António Costa defendem a diminuição de deputados na Assembleia da República e a alteração e a introdução dos círculos uninominais.

Afinal, o PS, o partido que se reclama das liberdades e democracia, em Portugal, quer restringir a democracia e impor maiorias através de jogos de secretaria. Se juntarmos a isto a defesa do Tratado Orçamental, na essência, o que oferece ao povo português é a continuação do caminho que PSD e CDS, atualmente, impõem.

Mais do que caras é a essência das políticas e sua concretização que têm de ser discutidas. Pois, para as legislativas que se aproximam, corremos o risco de se dizer uma coisa em campanha e fazer outra, quando se está no governo.

E esta é a verdadeira causa da abstenção das pessoas, no processo político.

Neste combate, o Bloco está e estará presente, pois não é um ciclo de desaires eleitorais que nos fará esmorecer e perder acutilância e fulgor.

Estamos, hoje, na luta e na profunda reflexão que faremos no nosso processo convencional já aberto, sairemos mais capazes para oferecer um Bloco de Esquerda reforçado no combate pelo emprego, pela economia, pelos direitos de quem trabalha e pela democracia.

Horta, 4 de Junho de 2014